



Contas de Gerência

2019

CÁRITAS DIOCESANA DE AVEIRO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 501163964
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.2., 5	738.759,12	330.882,24
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		1.094,70	0,00
Investimentos financeiros	12.1	3.009,55	3.762,78
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		742.863,37	334.645,02
Ativo corrente			
Inventários	3.2.3., 7	0,00	0,00
Créditos a receber	3.2.4., 12.2	3.001,55	3.226,30
Estado e outros entes públicos	3.2.7., 12.8	4.550,16	7.020,88
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	12.4	640,25	2.280,89
Outros ativos correntes	12.3	20.304,93	232.279,97
Caixa e depósitos bancários	3.2.4., 12.5	202.351,19	256.914,23
		230.848,08	501.722,27
Total do ativo		973.711,45	836.367,29
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	3.2.5., 12.6	32.515,56	32.515,56
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12.6	235.071,74	262.406,54
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	183.100,94	161.376,76
		450.688,24	456.298,86
Resultado líquido do período		-51.120,03	-27.334,80
Total dos fundos patrimoniais		399.568,21	428.964,06
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3.2.6., 6	400.000,00	115.336,70
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		400.000,00	115.336,70
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.4., 12.7	8.057,56	5.353,91
Estado e outros entes públicos	3.2.7., 12.8	20.158,77	21.349,53
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	12.4	19.422,92	61.906,30
Outros passivos correntes	12.9	126.503,99	203.456,79
		174.143,24	292.066,53
Total do passivo		574.143,24	407.403,23
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		973.711,45	836.367,29

A Direcção

Alves
Luís Almeida
J. Santos
M. Boxeira
U. Paiva

Contabilista Certificado

Paqueta Costa

CÁRITAS DIOCESANA DE AVEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 501163964

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	8	58.373,08	55.616,40
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	814.165,56	818.108,71
Subsídios das Entidades Públicas		741.472,00	718.377,81
ISS, IP - Centro Distrital		654.526,66	646.697,40
Outras entidades públicas		86.945,34	71.680,41
Subsídios de outras entidades		10.869,54	99.730,90
Doações e heranças		61.824,02	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	28.471,33	27.453,09
Fornecimentos e serviços externos	12.11	89.451,38	104.466,01
Gastos com o pessoal	10	758.948,92	755.264,92
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	12.12	56.768,23	110.534,89
Outros gastos	12.13	91.483,90	97.458,65
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-39.048,66	-382,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	11.934,37	27.545,96
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-50.983,03	-27.928,63
Juros e rendimentos similares obtidos	12.14	0,00	594,47
Juros e gastos similares suportados	12.14	137,00	0,64
Resultados antes de impostos		-51.120,03	-27.334,80
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-51.120,03	-27.334,80

A Direção

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Handwritten signature and text in blue ink.

CÁRITAS DIOCESANA DE AVEIRO

Anexo

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2019

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	10
5	Ativos Fijos Tangíveis	10
6	Custos de Empréstimos Obtidos	12
7	Inventários	12
8	Rédito	13
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
10	Benefícios dos empregados	14
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
12	Outras Informações	15
12.1	Investimentos Financeiros	15
12.2	Clientes e Utentes	15
12.3	Outras contas a receber	16
12.4	Diferimentos	16
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	16
12.6	Fundos Patrimoniais	16
12.7	Fornecedores	17
12.8	Estado e Outros Entes Públicos	17
12.9	Outras Contas a Pagar	17
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	18
12.11	Fornecimentos e serviços externos	18
12.12	Outros rendimentos	18
12.13	Outros gastos	19
12.14	Resultados Financeiros	19
12.15	Acontecimentos após data de Balanço	19

Handwritten signature and initials in blue ink.

1 Identificação da Entidade

A Caritas Diocesana de Aveiro com sede na Rua do Carmo, 42, em Aveiro é uma instituição sem fins lucrativos, e encontra-se registada a título definitivo, na Direcção-Geral da Segurança Social desde 27/09/1984 no Livro 2 das Fundações de Solidariedade Social sob o n.º 70/83, folha 91 e verso, em conformidade com o disposto do n.º 2 artº 7 dos Estatutos das IPSS regulamentado pela Portaria n.º 778/83 de 23 de Julho.

Nos termos do art.º 8 dos referidos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, esta instituição é uma Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

Para cumprir a sua missão, a instituição tem atualmente, um conjunto diversificado de respostas sociais e de projetos, abrangendo um público muito diversificado: indivíduos e famílias, em situação de emergência social, crianças em risco, sem abrigo, minorias étnicas, vítimas de violência doméstica,

As Respostas Sociais, no âmbito de Acordos de Cooperação com a Segurança Social são:

-" Apoio a indivíduos e famílias em situação de emergência social";

-"Centro de Acolhimento Temporário" para crianças em risco dos 0 aos 12 anos;

-"Centro de Alojamento Temporário" para homens sem-abrigo e passantes;

- Centro de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica

- Creche

- Pré-escolar

Acentua à evolução das diferentes necessidades sociais, procura também promover projetos ajustados à satisfação de carências consideradas prioritárias. Atualmente a instituição é entidade promotora dos seguintes projetos:

- N Desafios – Projeto de reforço e apoio à atuação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Aveiro, no âmbito da Tipologia 3.16 – Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (POISE);

- Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas 2014-2020 (POAFMC) - entidade medidora no âmbito da Tipologia 1.2.1 – Distribuição de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade (PO ISE);

- Projeto Maré_de_Escolas – Projeto de intervenção em 6 escolas do concelho de aveiro, com vista a potenciar a inclusão escolar, o desenvolvimento pessoal e o bem-estar social das crianças e jovens. (Programa Escolas)

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 5726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

M. P. Moreira

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utilizes da Informação que relata(m). Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utientes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexistência influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utientes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

AS 35 MFR Moreira Applik

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias, para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	6-8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	4-8
Outros Activos fixos tangíveis	4-6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo

que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.3 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição e incluem as despesas incorridas até os bens estarem nas instalações da instituição aptos a serem consumidos.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registradas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispendios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais

desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao diretor geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

A instituição não se enquadra em nenhuma destas situações, dado que todas as suas atividades são isentas.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Handwritten signature and initials in blue ink.

Curso	Descrição	Saldo Inicial	2018			Saldo Final
			Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	
Terranos e recursos naturais		28,26				28,26
Edifícios e outras construções		497.425,83			-1466,02	495.959,81
Equipamento básico		106.744,27	4036,51			110.780,78
Equipamento de transporte		86.513,86		23369,21		63.144,65
Equipamento biológico		0,00				0,00
Equipamento administrativo		55.634,45				55.634,45
Outros Ativos fixos tangíveis		33.629,70	10748,80			44.378,50
Total		779.976,37	14.785,31	23.369,21	-1.466,02	769.926,45
Ativos Fixos Tangíveis em curso		0,00	142965,49			142.965,49
Depreciações acumuladas:						
Terranos e recursos naturais		0,00				0,00
Edifícios e outras construções		327.473,46	18.586,79			346.060,25
Equipamento básico		102.272,93	1.790,93			104.063,86
Equipamento de transporte		72.621,36	3.440,00	23369,21		52.692,15
Equipamento biológico		0,00				0,00
Equipamento administrativo		52.547,46	1.746,22			54.293,68
Outros Ativos fixos tangíveis		22.917,74	1.982,02			24.899,76
Total		577.832,95	27.545,96	23.369,21	0,00	582.009,70

Curso	Descrição	Saldo Inicial	2019			Saldo Final
			Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	
Terranos e recursos naturais		28,26				28,26
Edifícios e outras construções		495.959,81	5801,69			501.761,50
Equipamento básico		110.780,78	4010,06	477,90		114.312,94
Equipamento de transporte		63.144,65				63.144,65
Equipamento administrativo		55.634,45				55.634,45
Outros Ativos fixos tangíveis		44.378,50	44.378,50			88.757,00
Total		769.926,45	9.811,75	477,90	0,00	779.260,30
Ativos Fixos Tangíveis em curso		142.965,49	410390,28			553.355,77
Depreciações acumuladas:						
Terranos e recursos naturais		0,00				0,00
Edifícios e outras construções		346.060,25	5.105,82			351.166,07
Equipamento básico		104.063,86	1.942,85	87,12		105.919,59
Equipamento de transporte		52.692,15	3.390,00			56.082,15
Equipamento administrativo		54.293,68	238,87			54.532,55
Outros Ativos fixos tangíveis		24.899,76	1.256,83			26.156,59
Total		582.009,70	11.934,37	87,12	0,00	593.856,95

6 Custos de Empréstimos Obtidos

No decorrer do ano de 2018, foi contratado junto do banco BPI um empréstimo celebrado num âmbito IFRRU 2020, no valor de 400.000,00€ (tranche IFRRU 200.000,00€ e tranche BPI 200.000,00€), para financiamento de parte da reabilitação de edifício sede, a reembolsar a 20 anos.

O valor não é disponibilizado na conta da instituição, na sua totalidade, sendo a gestão efetuada pela instituição bancária, com a liquidação das Faturas apresentadas e devidamente validadas.

Durante os anos de 2018 e 2019, os valores referentes a Empréstimos Bancários são:

	2019	2018
Banco-BPI 0002	142.331,65€	- 57.668,35€
IFRRU 0003	112.658,62€	45.645,76€
IFRRU 0004	29.673,03€	12.022,59€
TOTAL	284.663,30€	115.336,70€

Em 2019 os juros incorridos com este empréstimo, no montante de 2.703,76€ foram acrescidos ao valor do custo dos ativos fixos em curso, de acordo com a NCRF 10.

Descrição	2019			2018		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano		2.412,09	2.412,09		80,64	80,64
De um a cinco anos		291,67	291,67			
Total	0,00	2.703,76	2.703,76	0,00	80,64	80,64

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018			2019		
	Inventário Inicial	Compras e Regularizações	Inventário Final	Compras e Regularizações	Inventário Inicial	Inventário Final
Merchandorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	27.453,09	0,00	0,00	28.471,33	0,00
Produtos acabados e intermediários	0,00		0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e rejeitos	0,00		0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00		0,00	0,00
Total	0,00	27.453,09	0,00	0,00	28.471,33	0,00

Handwritten signature and initials in blue ink.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	27.453,09	28.471,33
Variações nos Inventários de produção	0,00	0,00

8 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços	45.321,45	38.657,10
Quotas de utilizadores	0,00	1.222,00
Serviços Secundários	12.908,61	15.737,29
Outros	143,02	0,01
Descontos e Abatimentos	0,00	0,00
Ganhos por aumento de justo valor	0,00	594,47
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	58.373,08	56.210,87

O valor mencionado em outros, refere-se a abonos e bonificações por deficiência, recebidos pelas crianças acolhidas na instituição.

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo":

Descrição	2019	2018
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital	654.526,66	646.697,40
ACIDJ, IP	38.172,70	2.218,36
IEFP	1.298,38	28.500,00
Autarquias	5.000,00	3.300,00
Santa Casa da Misericórdia	0,00	0,00
Outros:		
SECI	26.145,60	30.023,38
SGMAI	6.000,00	6.000,00
ISS, IP - Serviços Centrais	648,00	1.638,67
CPCJ	9.680,66	0,00
Total	741.472,00	718.377,81

10 Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2018 e 2019, foram os seguintes:

Cargo	Exercício 2018	
	Nome	
Presidente	José Ferreira Alves	
Vice-Presidente	Artur Jorge Leite Figueiredo de Almeida	
Secretário	Francisco Manuel do Vale Santos	
Tesoureiro	Pompeu Rodrigues Marinho	
Vogal	Manuel Almeida Domingues Júnior	
Vogal	Manuel Fernando Costa Leonardo	
Vogal	Ricardo Vara Cavaleiro	
Assistente Eclesiástico	Rv. Pe. João Gonçalves	

Cargo	Exercício 2019	
	Nome	
Presidente	José Ferreira Alves	
Vice-Presidente	Artur Jorge Leite Figueiredo de Almeida	
Secretaria	Maria de Fátima Almeida dos Santos	
Tesoureiro	Francisco Manuel do Vale Santos	
Vogal	Manuel Almeida Domingues Júnior	
Vogal	Maria de Fátima dos Santos Moreira	
Vogal	Ricardo Vara Cavaleiro	
Assistente Eclesiástico	Rv. Pe. João Gonçalves	

Os órgãos directivos não usufruem de quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2019 foi de 44, constituído por 40 mulheres e 4 homens, e em 2018 43 mulheres e 3 homens.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao pessoal	616.918,48	612.001,67
Indemnizações	1.042,08	2.138,89
Encargos sobre as Remunerações	130.797,75	129.475,05
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4.312,71	4.606,86
Outros Gastos com o Pessoal	1.771,77	1.721,45
Programas IEFP	4.150,13	5.321,00
Total	758.948,92	755.264,92

N.º médio de pessoas ao serviço da Entidade: 43 / 46

A rubrica Programas IEFP refere-se a Contratos Emprego Inserção.

M. P. Riberez de Aylaud

12.7 Fornecedor

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores C/C	8.057,56	5.353,91
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Total	8.057,56	5.353,91
Adiantamento a Fornecedores:	215,89	205,00
Total	215,89	205,00

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre Rendimentos das Pessoas	0,00	0,00
Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4.550,16	7.020,88
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	4.550,16	7.020,88
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas	0,00	200,00
Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas	4.792,00	5.969,00
Singulares (IRS)		
Segurança Social	15.280,19	15.071,79
Outros Impostos e Taxas (FGCT)	86,58	108,74
Total	20.158,77	21.349,53

12.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	0,00		0,00
Cauções	0,00	0,00		0,00
Outras operações				0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		21.539,77		33.433,43
Credores por acréscimo de gastos		93.804,80		93.295,51
Outros credores		11.959,42		76.727,85
Total	0,00	126.503,99	0,00	203.456,79

A rubrica credores por acréscimos de gastos refere-se a verbas a liquidar em 2020, nomeadamente, remunerações de subsídio de férias e férias, consumos de electricidade, água e comunicações.

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	741.472,00	718.377,81
Subsídios de outras entidades	10.869,54	99.730,90
Doações e heranças	61.824,02	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	814.165,56	818.108,71

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

Os subsídios de outras entidades refletem as verbas subsidiadas pelo Banco Alimentar e dos projetos em curso (FSE + OSS).

Em 2019 foram consideradas na Rubrica de Doações e Heranças, o valor referente a Donativos, contabilizadas anteriormente em Outros Rendimentos.

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	15.331,07	36.706,53
Materiais	5.258,09	4.712,83
Energia e fluidos	21.133,39	20.008,39
Destacções, estradas e transportes	1.339,56	1.333,13
Serviços diversos	36.759,32	32.256,97
Encargos diversos	9.629,95	9.448,16
Total	89.451,38	104.466,01

12.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	1.395,72	11.863,07
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	3,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	200,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	56,97	
Outros rendimentos		766,50
Correções relativas a períodos anteriores	306,65	11.693,17
Imputação de Subsídios para Investimentos	3.275,82	86.009,15
Outros	51.733,07	
Total	56.769,23	110.534,89

A rubrica de correções relativas a períodos anteriores, reflete a regularização de uma verba recebida de uma atividade de anos anteriores, cujo reembolso foi considerado indevidamente.

12.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	98,96	43,84
Gastos em investimentos não financeiros	390,78	
Outros Gastos		
Correções relativas a períodos anteriores	388,11	161,25
Doativos	6.719,27	3.870,62
Quantizações	50,00	50,00
Outros	75,00	235,04
Apoios concedidos a utentes	83.761,78	93.097,90
Total	91.483,90	97.458,55

A rubrica de correções relativas a períodos anteriores desfavoráveis, reflete o acerto efetuado ao Seguro de Acidentes de Trabalho de 2018.

12.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	137,00	0,64
Total	137,00	0,64
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	594,47
Total	0,00	594,47
Resultados Financeiros	-137,00	593,83

12.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

AVERRO, 31 de Maio de 2020

O Contabilista Certificado



A Direcção

